

A INTEGRAÇÃO CONTINENTAL SUL-AMERICANA VISTA DE UMA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Ronaldo da Silva – ronaldo@geografia@hotmail.com
Vânia Rubia Farias Vlach – vaniarubia@netsite.com.br

Universidade Federal de Uberlândia. Av Engenheiro Diniz, 1178 – Cx. Postal: 593 –
Cep: 38.400-902 – Uberlândia – Minas Gerais – Brasil.

Introdução

Este artigo busca caracterizar, analisar e relacionar os desafios da Integração Sul-Americana. Naturalmente são muitos atores sociais que operam de forma conflitiva acerca do problema dessa integração. Há muitos Estados-nações (com e suas visões e interesses particulares de política externa, conflitos domésticos, empresas nacionais e monopólios transnacionais, movimentos sociais e sindicais diversos, ambientalistas, Ongs, latifundiários, posseiros entre outros.

A democracia tem o mérito de através dos movimentos sociais tirar a política externa do âmbito das empresas e dos palácios e levá-la para o debate nas ruas, universidades, entre outros lugares. Mas não se engane, a política externa tem um cálculo, um tempo de maturação que não se deixa reduzir pela agitação política cotidiana. É a identidade e a força do Estado que opera nessa arena. Nesse sentido, ela ultrapassa a sazonalidade e flutuação dos governos eleitos e a agitação política cotidiana das ruas. Neste estudo preliminar o ângulo privilegiado da análise é a política externa conduzida pelo Itamaraty, isto é, o Ministério das relações exteriores. Vale lembrar que a pasta da Fazenda, entre outras, os industriais, os movimentos sociais também, a seu modo fazem política externa.

No entanto, não nos cabem fugir ao desafio e sim enfrentá-lo consciente dos riscos. Para realizar essa tarefa buscar-se-á analisar três problemas interrelacionados: Primeiramente os desafios do Desenvolvimento capitalista para o Estado-Nação em tempos de Globalização; Em segundo lugar, os desafios da Integração Sul-Americana na região Amazônica. Para finalizar a política externa Brasileira(2003-2006) frente aos problemas e conflitos da integração Sul-Americana.

O investimento dos capitalistas e do Estado, o avanço da produção industrial e tecnológica com aumento da eficiência produtiva baseado em educação de qualidade com distribuição de renda são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Há outros fatores e uma infinidade de variáveis que interpenetram essas condições básicas do desenvolvimento. Sendo assim, qual papel cabe à política externa? Além de atuar pela paz e pela manutenção do corpo da pátria pode a política externa brasileira atuar pelo desenvolvimento? Ordinariamente quem procura discutir desenvolvimento olha para os Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio, entre outros.

No entanto, o modo como um Estado se insere nas relações internacional pode ser fundamental para os rumos de um país. Basta olhar no mapa mundi, qualquer observador, mesmo um desatento verá que a circunstância geográfica imediata do Brasil é a América do Sul. Por outro lado, os EUA são, na expressão de Paul Kennedy: *The Lonely Superpower*. Todos os países do mundo são atentamente observados pela política externa americana, em especial, forças regionais com aspirações emergentes como, por exemplo, Brasil, Índia, Irã, entre outros. Ainda que sejam países muitos diferentes entre si.

Em suas relações externas o Brasil tem especial atenção com a América do Sul e também com os EUA. Isto se deve tanto à vizinhança multifronteiriça Sul americana, como também, ao fato de que além dos norte-americanos serem a superpotência solitária de nossos dias, eles têm a América Latina como sua zona de ação mais próxima. Nessa perspectiva, a integração econômica americana é assunto muito relevante tanto para a política externa brasileira como para a política externa estadunidense. Embora a agenda da segurança internacional, em particular o Oriente Médio, tenha ocupado mais a Secretaria de Estado Americano, supõe-se que a América Latina seja um importante objeto/alvo de sua política externa.

O desafio deste texto é tratar esses problemas de macro-política e macro-tendências conciliando objetividade e especulação sóbria. Duas dificuldades se interpõem, em especial, o silêncio de um pensamento geopolítico brasileiro (se e que ele existe na Universidade) no campo da geografia contemporânea. Há raros esforços pelo país nesses temas. Duas outras dificuldades são opostas: Antiamericanismo

ingênuo e militante e outro o pró-americanismo escancarado. Além disso, lidar com os macrocenários faz com que muitos detalhes relevantes nos escapem.

No campo da teoria do conhecimento também se apresenta alguma descrença e novos desafios no estudo dos cenários das relações interestatais. Novos atores surgiram nas relações internacionais tais como: a mídia, a sociedade civil, ongs e fundações de alcance global, instituições multilaterais. A quantidade de Estados-nações hoje existentes é também um fato inédito. Enquanto na academia, particularmente, algumas correntes que se intitulam ciência pós-moderna se enveredam quase que exclusivamente pelos estudos do lugar, da micro-história, ou das mentalidades, os atores estatais e grandes empresas globais seguem articulando tempo-espaço na manutenção das estruturas de poderes dominantes. Não se deve negar a imensa contribuição dessas novas abordagens às ciências humanas, mas às vezes seu aporte fica a quem da compreensão das ações da realpolitik

1 - O Estado-Nação frente ao desafio do desenvolvimento na globalização

Muitos cientistas das mais diversas áreas têm pesquisado e (refletido) sobre as origens, a força, a novidade e a periodização do processo de globalização. Entre eles estão, por exemplo, Santos(1996/1999), Castells (1999), Gorender(1999), Benko(1999) Haesbaert(2004), Stiglitz(2002), Chesnais(1996), F.H.Cardoso(1995; 1994) entre outros. As divergências são muitas, mas há alguns pontos de consenso. Como por exemplo:

- a) Internacionalização da economia: capitais, produtos, processos e trabalhadores em migração como jamais se viu como nos anos 1990;
- b) financeirização, liberalização dos mercados;
- c) perda de instrumentos por parte do Estado de intervenção direta na economia, privatização, descontrole do fluxo de capitais e de fuga permanente de capitais;
- d) Inovação tecnológica - fuga para a frente - no centro do processo de acumulação capitalista: biotecnologia, nanotecnologia, convergência

tecnológica digital: Internet, telefone, televisão, sociedade em rede, interação;

- e) Proliferação de blocos econômicos/políticos regionais via pactos entre Estados-Nações.

Há ainda vários elementos a ser considerados, principalmente quanto à sociedade em rede, a urbanização do campo, o caleidoscópio cultural e multiétnico das metrópoles, migrações internacionais contemporâneas, a cultura do mass media, no entanto, para os objetivos deste texto e a necessidade de focar o Estado nesse processo deve-se ater ao essencial dos aspectos acima selecionados. Neste cenário de inovação permanente das forças produtivas e de um mix cultural mundial inédito, o retorno dos conflitos étnicos-religiosos e a emergência da água e da biodiversidade no debate sobre desenvolvimento, os conceitos envelhecem rapidamente. Contudo, muitas vezes a pressa em enterrar o velho Estado-Nação pode ter motivações ideológicas incofessáveis travestido de ciência nova. Deve ser dar créditos a muitas transformações em curso, mas o cuidado deve ser redobrado ao olhar para as relações cambiantes entre Estado, Mercado, Cultura e Política.

É por demais sabido que na periferia do capitalismo, em razão da fraca acumulação privada de capital, o Estado foi protagonista da industrialização tardia conforme nos mostra Ianni(1986) e Becker&Egler(1993). A liquidez internacional dos anos 1960 e 1970 permitiu aos países Latino-Americanos, em especial, Brasil, México e Argentina se endividarem para construir sozinhos ou em parceria com o capital privado nacional e internacional as estruturas industriais, as empresas agrícola-minerais e a infra-estrutura (energia, siderurgia, estrada) para o avanço do processo industrializante.

No Brasil, há vários marcos desse período tais como: a construção de Brasília, o projeto grande Carajás (manganês, nióbio, energia elétrica), o projeto Jarí, a rodovia Belém-Brasília, a usina de Itaipu e inúmeros outros feitos. No entanto, as crises do Petróleo (1973 e 1979) e da dívida externa (1981) acompanhadas do fim da oferta de capitais para empréstimo interromperam a trajetória de conclusão da segunda fase da Revolução Industrial no país. Os anos 1980 e a primeira metade da década de 1990

foram de crescimento econômico baixo, hiperinflação e dificuldade de rolagem da dívida externa. O resultado social do arranjo econômico entre 1981 e 1994 é bem conhecido: urbanização acelerada, favelização, desorganização do sistema de trabalho formal, desemprego, aumento do uso de drogas e da violência urbana.

Em 1994, o Brasil adotou um plano de Estabilização da economia chamado Real, muito similar aos planos também adotados na Argentina e México. O objetivo mais urgente desse plano era eliminar a inflação. Além desse objetivo o governo Cardoso, eleito em 1994 devido ao êxito inicial do debelamento da inflação, adotou uma série de medidas para reestruturar a economia brasileira, mudar a relação Estado/Sociedade/Mercado e inserir o Brasil na era da globalização. É claro que todas essas mudanças implicavam em que previamente os principais agentes hegemônicos das atividades política e econômica desse período tivessem certa leitura do processo de globalização, das mudanças tecnológicas em curso, da reestruturação das atividades estatais, enfim, um certo paradigma e uma releitura das novas condições históricas.

O conjunto de medidas, bem como a visão ideológica que a norteava ficou conhecido como Consenso de Washington. Suas linhas mestras estão em 2 documentos Plano FHC(1994), e FHC(1995). Em síntese, o Estado deveria retirar-se da economia na condição de produtor de mercadorias, isto é, privatizar as empresas estatais. O principal papel do Estado seria manter o equilíbrio macroeconômico (câmbio, juros e dívida pública), criar as agências reguladoras (por exemplo anel, anatel, Ana) e deixar o capital privado nacional e internacional cuidarem da industrialização, do emprego, enfim, do desenvolvimento. Muitas medidas foram tomadas, não cabe aqui detalhá-las, mas é importante citar algumas.

- a) Privatização de empresas, bancos e diversos ativos públicos;
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) Reforma da Previdência e Reforma Administrativa;
- d) Maior abertura comercial.

Essas medidas tiveram o êxito de combater a inflação, entretanto, o aumento do déficit comercial somado ao endividamento público fez com que a economia crescesse a taxas abaixo de 2,5 em média entre 1995-2002, entre outras consequências, o desemprego aumentou dramaticamente. Com isso, a dependência brasileira aumentou significativamente, tendo o país ficado exposto nas crises Asiática (1997), Russa (1998) e Argentina em 2001. O governo das forças de oposição eleito para o período 2003-2006 tem, em linhas gerais, mantido os fundamentos da política econômica anterior.

Como se sabe pela vasta literatura econômica, o crescimento econômico traz alívio passageiro, mas não é sinônimo de desenvolvimento. Este segundo processo contém o primeiro e algo mais. Ele requer não apenas expansão do comércio, do emprego, da produção e da renda. O desenvolvimento, em suma, requer inovação técnica permanente com alta produtividade, baseado em educação e distribuição de renda. Ele libera energias criativas e dinâmicas no seio da sociedade.

Os países Sul-Americanos mais industrializados completaram a pouco sua Segunda Revolução Industrial, sem distribuição de renda, desenvolveram o setor industrial, infra-estrutura, energia, transportes, moderna agricultura. No entanto, nos anos 1980, Europa, EUA e Japão estavam ingressando em uma nova era tecnológica, aprofundando o fosso que já os separava dos países de industrialização tardia. O Estado Brasileiro hoje, e, na América Latina em geral, não é mais aquele dos anos 1970, capaz de tomar a iniciativa de desenvolver projetos industriais através de financiamento/endividamento externo. As condições econômicas mudaram profundamente nesse período de globalização. As contas dos Estados, sua capacidade de endividar, pagar débitos antigos, déficit fiscal são estreitamente monitorados pelos agentes de mercado interno e externo. O mundo é outro.

Muito embora, alguns aspectos da globalização atingem indistintamente países desenvolvidos, extremamente pobres e em desenvolvimento, ela não é uma fatalidade inelutável. Há países cujas elites¹ souberam articular os interesses nacionais, calcados em uma rica leitura de um mundo em mutação e em uma visão crítica, mas sem excluir momentos de cooperação, resistência, e sedução

¹ Uso elite aqui no sentido positivo de lideranças para Max Weber e não de oligarquias.

com a hegemonia norte-americana e com as agências multilaterais como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Assim, Chile, Coréia do Sul, Taiwan, Índia, China e Espanha são países “vencedores” ou com enormes vantagens sobre os demais na globalização a partir dos anos 1990. Estes países têm diferentes vocações, histórias, culturas e circunstâncias geográficas, mas compartilham em comum, nos últimos 15 e 20 anos, um robusto desenvolvimento econômico.

Por outro lado, países como Brasil, Argentina e México, com bom parque industrial, recursos naturais, população e território têm tido nos últimos 15 anos desempenhos econômicos muito ruins, em que pese o vigor crescente de suas democracias. Pode-se especular que entre as muitas razões de seu insucesso consta uma leitura menos sofisticada da globalização, do caráter da hegemonia americana e da forma de sua inserção no mundo contemporâneo.

2 - Integração na área da Floresta Amazônica

A Amazônia representa um desafio singular no processo de integração Sul-Americana. Para o eixo Mercosul-Chile, Mercosul-Andes (Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela) a integração física (rodovias e ferrovias) e energética é fundamental, necessária e desejável nessas áreas. Quando se pensa esse mesmo processo na região Amazônica, as divergências se acirram dramaticamente.

Este tópico do artigo pretende levantar de forma abreviada alguns problemas da integração transnacional na região amazônica sem ser exaustivo.

Os fluxos de comércio em geral crescem na esteira de rodovias, ferrovias e hidrovias bem estruturadas. É esperado que isso ocorra na América do Sul. Quase todos os países Sul-Americanos cambiam muito mais com EUA e Europa do que com seus vizinhos. O projeto de integração continental é aumentar as trocas inter-regionais no continente. Entretanto, há um temor por parte de muitos intelectuais, políticos e movimentos sociais de que a criação e ampliação de estruturas físicas na Amazônia oriental brasileira poderá aumentar o desmatamento para retirada ilegal de madeira. Com isso, pode ocorrer uma maior fragilização das reservas indígenas e de

zonas federais e estaduais de proteção ambientais/ecológicas estabelecidas, por exemplo, a biopirataria, o crescimento da pastagem e da plantação de soja. Por conseguinte, estas infra-estruturas caras estariam a serviço de transnacionais e de empresários do agronegócio, madeireiros e outros.

Dijick (2005) mostra sua preocupação com a destruição ambiental ligada ao avanço de rodovias na Amazônica:

Thus, investment in network expansion results in more deforestation than investment in network improvement as the former type of infrastructural investment will enhance the likelihood of deeper penetration into the forest (Gascon, 2001, p. 25). Statistical studies of deforestation in Amazonia show a high concentration along the expanding road network. In the period 1991-95, 33 per cent of deforestation was concentrated in an area within 50 kilometers of the eastern road network, 24 per cent within 50 kilometers of the central road network, and 17 per cent within 50 kilometers of the western road network. All together, 74 per cent of deforestation was concentrated within a range of 50 kilometers around roads, creating long corridors through the forest. Most new clearing takes place in areas adjacent to areas already cleared, on a moving agricultural frontier, often according to a so-called fishbone pattern (Alvers 2002, Andersen *et al.*, 2002, p. 55).

O eixo viário interoceânico Sul é um desses ambiciosos projetos conforme apontou o presidente Lula na passagem noticiada pela Reuters a seguir:

"Estamos inaugurando um novo capítulo na história da região amazônica e da região sul-americana como um todo", disse Lula em discurso, referindo-se à estrada como "uma poderosa ferramenta de progresso". "Hoje iniciamos a integração física dos nossos países, nossas fronteiras deixam de ser uma linha de divisão", acrescentou Lula em Puerto Maldonado, cidade perto da fronteira com Brasil e Bolívia. As empresas brasileiras construirão três trechos, somando 1.200 quilômetros de estrada, para completar o "Eixo Viário Interoceânico Sul", que tem uma extensão de 2.600 quilômetros só no Peru. No lado brasileiro já existe uma rodovia de 4.345 quilômetros que vai da fronteira com Peru e Bolívia até Santos (SP). A estrada incentivarão principalmente o comércio entre as três nações e do Brasil com a Ásia, para onde o país vende minerais, carnes, café e outros produtos. O eixo viário unirá a localidade de Assis Brasil (AC) com os portos peruanos de Ilo, Maratani e Marcona. Estima-se que seu tráfego representará 1,5 ponto percentual a mais para o PIB peruano. A economia peruana, que segundo o governo crescerá 5,5 por cento este ano, soma 75 bilhões de dólares por ano. A previsão é de que a nova

estrada reduza em um dia o trajeto entre a fronteira com o Brasil e qualquer dos três portos no sul do Peru. Atualmente, a viagem dura uma semana. O projeto rodoviário abrange 32 por cento do Peru e beneficiará 20 por cento dos seus 28 milhões de habitantes em dez regiões, segundo o governo. (Fonte: <http://br.news.yahoo.com/050908/5/xadq.html>)

A rodovia Br-163 que liga Cuiabá a Santarém no Pará já promoveu um verdadeiro *boom* da soja financiado pelas empresas Bunge, Cargil e ADM. No rastro da soja veio o desmatamento e o trabalho escravo para fornecer alimentos baratos aos Europeus e lucro excepcional às empresas americanas conforme denunciou o Greenpeace. Esta rodovia Brasil-Peru pretende aumentar a presença dos alimentos brasileiros na Ásia mas, o perigo ambiental da demanda crescente por terras tomadas da floresta é real e crescente.

O debate sobre a Amazônia, ao menos no Brasil ocorre entre posições, em geral, fortemente excludentes. A Amazônia ainda seria uma fronteira móvel como nos anos 1970 ou estaria hoje plenamente integrada aos fluxos da globalização, inclusive com uma rede urbana bem estruturada? Esta questão faz muitos analistas se digladiarem. Efetivamente a luta pelo território nessa região é intensa. A biodiversidade da floresta, isto é, seu conhecimento (patentes) e posse é ambicionada por empresas químicas, farmacêuticas e alimentícias como esclarece Gonçalves (2006). Contudo, o povo da floresta, indígena e camponês deve ter direito ao território e a não expropriação de seu saberes sobre a fauna, a flora e os alimentos com os quais lidam há séculos.

Por outro lado, a situação do povo da floresta assentada em uma imensa massa de riqueza, algumas vezes não explorada vivendo em extrema pobreza é indefensável. É preciso desenvolver formas de uso sustentável dos recursos. O temor de intelectuais e movimentos sociais diversos é que ferrovias, rodovias e hidrovias melhoradas e ampliadas acelerem o processo de fragilização das populações tradicionais na esteira da dilapidação da floresta.

Os benefícios da integração física Sul americana, em geral, são quase óbvios. A construção de novas rodovias, ferrovias e hidrovias, bem como o melhoramento de outras já existentes provocam por gravidade aumento significativo

dos empregos na construção civil dos países envolvidos conforme demonstrou Dijkstra (2005), este é um primeiro efeito positivo, a circulação de pessoas e mercadorias barateada e facilitada vem em seguida além de outras sinergias. Deve haver sem dúvida uma preocupação acentuada de que estas estruturas sirvam a população em geral, ao comércio e as empresas e não apenas às grandes empresas e monopólios. Um outro fator é o risco de corrupção e superfaturamento, cuja lista no Brasil e na América do Sul em geral é farta.

Estes aspectos positivos da integração física são reconhecidos em vários eixos como a Bacia Platina e o sistema Mercosul/Chile. Mas devido a preocupação com a preservação da Amazônia e o possível desequilíbrio ambiental e social induzido e agravado por rodovias e ferrovias, o debate toma contornos diferentes nessa região. A esse respeito Becker(2006) destaca:

Os ecossistemas florestais não obedecem os limites políticos dos países dos países, e muitas nascentes dos rios amazônicos localizam-se fora do território nacional. Esta situação, que em outras partes do planeta geram conflitos geopolíticos entre nações, no caso da Amazônia pode e deve ser fundamento para uso conjunto e complementar dos recursos em prol do desenvolvimento regional, tal como ocorre com a formação de blocos supranacionais no mundo contemporâneo. (BECKER, 2006, p. 53).

Além dos problemas sócio-econômicos e ambientais junta-se a preocupação com o tráfico de drogas na Amazônia e os grupos guerrilheiros da Colômbia (FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e do Peru (Sendero Luminoso) na fronteira com o Brasil. Como estes grupos vão reagir a uma maior acessibilidade a estas áreas até então seguras para suas atividades "ilegais"? O SIVAM- Sistema de Vigilância da Amazônia aperfeiçoou, aparelhou e aumentou a capacidade de vigiar a fronteira amazônica brasileira em relação ao tráfico de drogas. Mas ainda é insuficiente vale ressaltar.

A atividade ilegal da produção e tráfico de drogas como se sabe fartamente tem na Bolívia, Colômbia e Peru bases internacionalmente conhecidas. O Brasil tem sido, através do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife importante rota para que a droga seja levada para ávidos consumidores nos EUA e Europa. A fronteira

amazônica é área vital para o tráfico devido a sua extensão e porosidade. Maior integração física deve facilitar a circulação de pessoas e negócios, inclusive ilícitos, mas deve propiciar também uma maior circulação das forças de segurança do Brasil, Colômbia, Peru e Bolívia. E claro a crescente presença de forças militares americanas a título de combater o suposto terrorismo das FARCS têm causado protesto generalizado de movimentos sociais e também de serviços diplomáticos de países da área.

Não é nossa pretensão discutir a história e a situação atual dos grupos guerrilheiros FARC e Sendero Luminoso. No entanto, neste estudo, eles não receberão a denominação de grupos terroristas como prefere a Secretaria de Estado dos EUA (Chancelaria americana) e o Pentágono. Embora é sabido que os seus métodos podem empregar o terror. Esses grupos rebeldes nasceram ligados a importantes lutas sociais na América do Sul como a reforma agrária, o socialismo e a luta contra a exploração da periferia pelos países centrais do capitalismo. Todavia, hoje com o fim do Socialismo e a persistência na violência generalizada, muitas de suas bandeiras parecem anacrônicas, mesmo que a retórica de mais justiça social seja parte integrante de seu discurso.

Na medida em que as forças governamentais do Peru e da Colômbia aumentaram a repressão destes movimentos com a ajuda dos EUA esses grupos procuram novas formas de sobrevivência. É sabido que eles dominam áreas territoriais contíguas e têm grande poder de mobilidade. Mas para sobreviver ao cerco associaram-se ao tráfico de drogas. Com as mudanças no mundo nos anos de 1990, maior interdependência econômica no processo de globalização e a consolidada vitória da sociabilidade capitalista no horizonte próximo, em que pese inúmeras contestações, estes grupos perderam muito apoio e simpatia de que desfrutavam antes.

A condição geográfica do Brasil é especial. E o mesmo faz divisas com 10 países Sul-Americanos sendo apenas Chile e Equador como exceção. Com a Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela partilham a floresta e a bacia amazônica. A integração na Área Amazônica enfrenta o desafio de proteger o ecossistema de uma modernização centrada nos lucros das grandes empresas em prejuízo das populações tradicionais na posse da terra, de seus recursos e de seus saberes. O conhecimento

dessas populações tradicionais se encontra sob “fogo cerrado” das empresas dos ramos farmo-químico e alimentar na disputa por patentes. A destruição do cerrado pela moderna agricultura e pastagem, a partir dos anos de 1970, é o exemplo a não ser seguido. Porém, as riquezas da flora e da fauna, a madeira, o potencial agrícola de algumas áreas, bem como, os minerais da floresta. Enfim, a biodiversidade mundialmente reconhecida já é palco de diversos conflitos. A afirmação de que a floresta deve ser usada como recurso econômico de forma sustentada, isto é, preservada e utilizada ao mesmo tempo, para que a maioria do povo seja arrancada da pobreza parece ser o caminho. Contudo, as concepções das empresas, de posseiros, camponeses, movimentos sociais, governo e Ongs sobre esse uso sustentável é dramaticamente conflituosa.

O desenvolvimento sustentável é uma nova torre de babel amazônica, o que uns falam, os outros não entendem e vice-versa. Mas o conflito não é apenas de linguagem, simbólico ou semântico, está territorialmente ligado aos interesses de uso e apropriação de riquezas/solo para o lucro e/ou a sobrevivência. Nesta rica floresta transnacional e biodiversa, em franca disputa por parte de vários atores sociais, a modernização rodoferroviária e hidroviária bem como energética dará mais acessibilidade à velhos e novos sujeitos. Com isso, a fronteira dos países amazônicos tenderá a ficar mais integrada e conturbada na disputa pelo território.

3 - Política externa brasileira (2003-2006) e a América do Sul

Muito do que tem sido feito na política externa brasileira no período da gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está sintetizado em termos de princípios, programa e objetivos no livro Quinhentos anos de Periferia. Este livro foi publicado em 1998 pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que no período 2003/2006 tem sido secretário geral do Itamaraty, pasta do ministro Celso Amorim. Mas, vale lembrar que a política externa não é formulada por um homem só, e quase nunca apenas pelo governo do momento. Diferentemente de outras áreas do governo como Fazenda, Saúde e Educação em que muita coisa se muda de uma gestão para outra, a política externa em geral, por ser uma ação do Estado e não apenas do governo do

momento, mantém linhas de continuidade e princípios muito perenes, embora não imutáveis.

Vlach (2003) apontou:

Com efeito, Travassos fornece elementos importantes para a implantação de uma política territorial por meio de redes de transporte com amplitude nacional, que permitam o estabelecimento de comunicações entre as regiões brasileiras... Paralelamente, ele mostra que a política territorial é uma arma das mais conseqüentes para transformar em realidade a ambição brasileira de exercer hegemonia na América do Sul. (VLACH, 2003, p. 28)

Estamos longe dos anos 1930, nos quais Travassos escrevia. Independente da pretensa hegemonia, as redes de transporte mal estruturadas e deficientes ampliam o custo Brasil encarecendo as exportações. A condição/posição geográfica do Brasil faz com que seu território tenha necessariamente que ser um elo rododiferroviário entre Pacífico/Atlântico. Os gasodutos e integração energética do maciço continental Sul-americano precisam também necessariamente contar com o território e o financiamento do Brasil.

Assim, a amizade e o comércio na América do Sul rumo ao futuro tem relações com problemas que Travassos apontava naquele período, o nó da infraestrutura. Embora a reflexão e o objetivo geopolítico hoje sejam bem diferentes. Não se pretende aqui fazer uma avaliação geral da política externa brasileira no período mencionado. Buscar-se-á apenas descrever alguns gestos, ações, analisar e especular seu significado no que tange a América do Sul e aos EUA na questão da integração continental.

E mister lembrar que a política externa brasileira do contemporânea tem realizado quatro ações de grande envergadura se comparada a timidez dos anos 1990. São elas:

- a) Busca pela ampliação do Conselho de Segurança da ONU e articulação diplomática por um assento nele para o Brasil;
- b) Protagonizar a integração econômica Sul-Americana;

- c) Articulação de um grupo de países – G-20 – em negociações contrárias na OMC/GATT aos subsídios agrícolas dos EUA e União Europeia para seus agricultores;
- d) ampliação e diversificação dos parceiros comerciais como, por exemplo, China, Oriente Médio e Rússia.

O comércio internacional desde as empresas coloniais dos Europeus no continente americano sempre foi assimétrico. A Revolução Industrial do séc. XVIII fincou, porém uma muralha quase intransponível entre as ex-colônias e as metrópoles europeias. Na segunda metade do século XX o mundo assistiu o fluxo de capitais diretos (Investimento Direto Externo) se deslocar de forma inédita para produzir mercadorias na América Latina e na Ásia. Este processo foi de uma rápida industrialização/urbanização sem distribuição de renda e baseado em endividamento externo como se descreveu no item anterior. O Brasil demorou 80 anos para concluir a II Revolução Industrial, que envolvia energia elétrica, petróleo, aço, indústria automobilística e petroquímica. Esse processo já estava maduro na Europa, EUA e Japão no início do século XX. Hoje o mundo desenvolvido experimenta a Revolução tecnológica da biodiversidade e da informática e serviços em pleno vigor aumentando a distância em relação aos países, que se industrializaram tardiamente como Brasil, Argentina e México.

A intensificação das trocas, ou seja, o aumento da exportação e importação é tido pela economia contemporânea como elementos fundamentais para o desenvolvimento. Coréia, Japão e China são paradigmas dessa perspectiva. Contudo, sem agregar tecnologia aos bens exportáveis experimenta-se uma terrível deterioração nos termos de troca. Isto é, lucra muito mais que vende, por exemplo, chips, computadores e tratores do que quem recebe esses produtos vendendo apenas milho, soja, gado, laranja e outras commodities. As free Zones, áreas de livre comércio, em termos regionais, têm derrubado barreiras e estimulado o comércio. A União Europeia é o paradigma por excelência das áreas de livre comércio. Aliás, a União Europeia começou com a liberalização do comércio de carvão e aço e hoje vai muito além dessa proposta. Eles criaram parlamento comum, moeda comum, sistema comum de

passaport, têm metas diversas em conjunto e rigorosos critérios para a admissão de novos sócios.

O continente americano tem dois pactos de integração regional, o Tratado de livre Comércio do Atlântico Norte (NAFTA) envolvendo México, Canadá e EUA. E conta também com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) congregando Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai como sócios-fundadores e por fim, em 2006, a Venezuela ingressou também como membro pleno do bloco. Em 1994, os EUA lançaram em Miami, na cúpula das Américas um ambicioso projeto de integração comercial para ligar todos os países do continente. E desde então abriram-se negociações para vários temas como serviços, agricultura, acesso a mercados, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, entre outros, e também, estipulou-se um calendário orientador para a conclusão das negociações.

E lícito afirmar que as ambições expressas no temas negociados acima são muito maiores do que a de um simples acordo comercial para queda de tarifas. É importante lembrar que abriu-se uma guerra política ideológica muito grande em toda a América Latina dentro dos governos, entre os setores empresariais, entre intelectuais, sindicalistas, movimentos sociais diversos, também no seio da diplomacia e da imprensa e muitos outros atores sobre a conveniência, a oportunidade, objetivos e o processo de integração americana.

Para os que defendem a integração comercial com os EUA é uma oportunidade para exportar mais, gerar empregos e divisas. Por outro lado, existem os que são contrários, entre eles, Guimarães (2002) e Batista Jr (Colunista de Economia da Folha de São Paulo) e apontam que a integração é na verdade uma submissão ainda maior e um aprofundamento da dependência das economias Latina aos EUA.

Ricupero (2003) nos alerta para a ausência de pesquisas empíricas, simulação dos efeitos do comércio e caráter escorregadio do debate entre posições puramente ideológicas anti-americanas e posições ingenuamente favoráveis à integração. Sabe-se que o mercado estadunidense com o seu dinamismo consumidor é o motor mais central da economia mundial. Acesso privilegiado ao mercado americano pode significar aumento expresso das exportações, geração de empregos e divisas para os países exportadores. Os EUA sabem que esse é o seu trunfo. Todavia, há um

temor de que a indústria Brasileira e Argentina, as mais desenvolvidas da América do Sul, naufrague naufraguem em um processo de mais franca concorrência, sem barreiras alfandegárias, contra as indústria americanas nos EUA e, principalmente, contra a poderosa indústria americana instalada no México. Com isso, os EUA poderiam diminuir seus investimentos externos na América do Sul afetando dramaticamente a geração de emprego, renda e impostos. O efeito perverso seria duplo. Haveria ao mesmo tempo queda das exportações destes dois países para seus vizinhos e diminuição dos investimentos externos feitos pelos EUA.

Em geral, países mais atrasados industrialmente usam de tarifas de importação mais relativamente elevada para proteger sua indústria da concorrência externa. Muitas cadeias de indústrias na América do Sul podem desaparecer se forem colocadas em franca concorrências com os americanos. E baixadas as tarifas eles poderão deixar de produzir aqui e simplesmente exportar do EUA ou México. Por outro lado, vários produtos sul americanos como trigo e gado da Argentina e Uruguai, Laranja, soja, milho e algodão do Brasil capazes de concorrerem com os produtos da agricultura americana enfrentam os subsídios e barreiras sanitárias americanas que distorcem a concorrência comercial.

O governo Bush mantém forte retórica do livre-comércio, mas é extremamente sensível aos pedidos de proteção dos *farmers* americanos. As compras governamentais que são um forte mecanismo dos governos estimularem a indústria interna também entram em negociação na proposta da ALCA. Assim, compras governamentais brasileiras poderiam gerar emprego no Texas ou em Ohio, caso eles tenham melhor proposta na licitação. As medidas protecionistas do governo estadunidense à sua agricultura arma a diplomacia externa do Brasil e da Argentina com mais e mais munição para rejeitar a proposta de liberalização feita por Washington.

Alguns analistas avaliam que a armadura jurídica proposta na formação da ALCA faz com que ela seja de fato muito mais que um simples acordo de livre-comércio. Para Guimarães (op.cit), se aceito o acordo, os países americanos ficariam sem capacidade de criar políticas de desenvolvimento econômico. A proposta de respeito as patentes e direitos autorais fazem também os países amazônicos

temerem a sanha da indústria farmacêutica americana sobre a biodiversidade da floresta e dos saberes tradicionais das comunidades lá residentes.

O sentido estratégico deste bloco econômico para Washington, de acordo com alguns críticos, seria reforçar o poder comercial dos EUA frente a crescente força Chinesa e também em face da União Européia. E vale lembrar que nos últimos 10 anos a balança comercial americana enfrenta déficits cujo agravamento é anual. As negociações arrastam-se há anos, sem que se consiga chegar a um consenso. Alguns empresários criticam o Itamaraty porque querem logo ampliar suas vendas para o mercado americano. Porém, a visão do Itamaraty não pode ser setorial, deve ser nacional, mais precisamente, o Ministério das Relações Exteriores precisa contribuir para a construção de uma visão sofisticada das relações internacionais globalizadas associados a uma inserção internacional de mais qualidade e uma visão estratégica e de longo prazo sobre o desenvolvimento Brasileiro.

Washington tem estado muito ocupado na propalada guerra ao terrorismo internacional, em especial, com os problemas do Oriente Médio, o “eixo do mal” Coréia, Irã e Síria. Talvez, por isso, tenha perdido o foco nas negociações da ALCA. Mas na medida em que vários países Sul-americanos têm resistido ao assédio americano e apostado em uma integração regional crescente com o Mercosul a Casa Branca reage. A principal reação, neste sentido, tem sido acordos fatiados, bilaterais com Washington. Chile e Colômbia já firmaram esses acordos e uma proposta encontra-se no parlamento peruano para ser votado pelo Congresso. Hirst (2005) adverte sobre as dificuldades vindas de Brasília e Washington:

The Lula administration has acknowledged that dealing with Brazil's responsibility represents a major challenge in face of the strong anti-FTAA feelings shared by the political forces that sustain the government. On the other side, the Bush administration faces an ambiguous situation in which the recognition of the costs of excluding Brazil from the FTAA goes hand in hand with stances that reflect growing protectionism and less flexibility at home. (HIRST, 2005, p 67).

O Chile é um membro do Mercosul sem integração plena. A Venezuela oficializou seu ingresso no bloco como membro pleno e a Bolívia ambiciona também ingressar nessa condição. Uma integração reunindo a América do Sul ficará

prejudicada caso alguns países façam acordos bilaterais com Washington. Da mesma forma que a assimetria entre EUA, Canadá e América Latina é grande em várias áreas é preciso considerar que o grau de desenvolvimento da indústria e do capitalismo brasileiro também é grande e assimétrico se comparado aos vizinhos Sul Americanos.

Sabe-se que o Brasil negou a sua circunstância geográfica imediata, a América do Sul, para atirar-se ao Atlântico rumo a África em busca de escravos. E assim foi até que a Inglaterra, com a sua poderosa marinha, proibiu o tráfico negreiro. Hoje no século XXI, há muitos elementos da geografia, além da vizinhança que parece favorecer a uma integração econômica e comunitária na América do Sul, sob a liderança do Brasil. A biodiversidade Amazônica é transnacional. Portanto, Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela, além das Guianas e Suriname precisam cuidar juntos dessa riqueza. Venezuela e Bolívia têm Petróleo e Gás para vender à indústria brasileira e Argentina. Por outro lado, o Brasil tem enorme potencial para desenvolver fontes energéticas alternativas como biodiesel e álcool. Nesse sentido, muitas obras de infra-estrutura precisam ser construídas, mas algumas estão sendo criadas, com um atraso histórico, pode se afirmar. Uma das mais importantes é a rodovia Transoceânica que deverá ligar a Amazônia brasileira ao pacífico através do Peru.

Uma outra obra de grande envergadura em estudo, atualmente, é o oleoduto que ligaria Venezuela, Brasil, Argentina, Colômbia. Há ainda várias outras obras em construção ou em estudos como pontes, estradas, ferrovias e outras. Além de essas obras gerarem empregos no ato da construção, terão sem dúvida, um papel no dinamismo regional fronteiriço após sua conclusão.

Na Europa, países mais desenvolvidos formaram um fundo de ajuda a outros países, que queriam entrar no bloco, mas não reuniram as condições básicas como Portugal e Espanha. Não está claro que o desenvolvimento poderá brotar da integração entre países sul americanos pela simples unidade comercial. Uma integração comunitária com ajuda mútua e sinérgica poderá liberar novas forças criativas e produtivas no seio da sociedade civil e dos governos. Mas as condições de endividamento, as enormes demandas sociais e o déficit fiscal não permitem a nenhum desses países estenderem demais a generosidade de uns para com os outros. A

Venezuela tem ajudado substancialmente seus vizinhos por conta dos preços altos do Petróleo. Mas isso deve ser apenas conjuntural.

4 - Considerações finais

No Brasil parece haver uma franca contradição em processo entre a política externa e a política econômica no seio do governo da gestão 2003 – 2006. O MRE (Ministério das Relações Exteriores) tem procurado inovar e ousar nas relações internacionais conforme se viu no tópico anterior sobre algumas medidas inéditas na inserção internacional brasileira. Para alguns críticos dessa política há um populismo inaceitável nessas medidas e um acirramento ingênuo com Washington. As inovações escandalizaram setores acostumados a um alinhamento automático. Por outro lado, há contradição protagonizada pela política econômica protagonizada pela política econômica da Fazenda e do Banco Central. Entre 2003 e 2006 a economia internacional conhece uma fase de expansão contrastante com a segunda metade da década de 1990. No entanto, o crescimento econômico do Brasil tem ficado sistematicamente baixo mesmo para os padrões Sul-americanos. Para 2006, a CEPAL projeta cerca de 7 e 8% para Argentina e Venezuela, respectivamente, e 4% para o Brasil.

Sabe-se ou presume-se que a integração física da América do Sul via sistemas de energia, rodovia, ferrovia, manejo da biodiversidade, poderá liberar importantes forças produtivas, sinergias e riquezas ainda que a integração comercial não tenha se efetivado. É claro que a integração física crescente conduzirá naturalmente a um acréscimo no comércio, mas cuja potência criativa e produtiva ficará contida caso não haja ação favorável dos governos e da diplomacia para favorecer a ampliação das trocas e interações comerciais/produtivas. Caso a crescente integração se acelere deve-se ter cuidado para que não aconteça como nos anos 1970 uma modernização conservadora do território sem que o povo se beneficie dos ganhos produtivos, comerciais, sinérgicos e interativos do comércio transfronteiriço. Cabe lembrar tanto no Brasil como nos seus vizinhos.

Com a globalização nos anos 1990, sabe-se que bancos e multinacionais, enfim, as bolsas de valores, fundos de pensão e aplicação, investidores, agências de *rating* acompanham e pressionam o Estado-nação com lupa no que tange aos preços básicos da economia: câmbio, juros e déficit público. Portanto, os Estados, em geral, não usufruem das “qualidades” do Estado-empresário dos anos 1950-1970. Nos anos 1990 predominou um forte coro de mais mercado e menos Estado. Contudo, a política de segurança doméstica (tráfico de drogas e armas) e externa (combate ao terror) a partir dos eventos, do 11 de Setembro de 2001, já levaram a uma espécie de re-credenciamento do Estado como importante agente da vida social. Aliás, ele não havia perdido efetivamente esse espaço. Isso ocorreu principalmente entre pensadores das universidades, mídia e do mercado.

Passado os anos 1990, em que muitos eventos novos do processo de globalização “assentaram a poeira”, muita coisa pode ser vista com mais atenção. Os erros do FMI e do Banco Mundial são amplamente conhecidos na condução de crises econômicas. Com freqüência os remédios dos doutores, isto é, das agências internacionais pioravam os doentes. Os países que tiveram visão mais sofisticada da globalização e da política externa de Washington e da Globalização cresceram mais como já se afirmou anteriormente entre outros.

Muito ainda está por ser feito no Brasil em termos de educação, distribuição de renda e incentivo à produção e produtividade no caminho para o desenvolvimento. Mas sabe-se que uma melhora da visão do governo e da política externa sobre o perfil da inserção internacional também joga um papel importante. A integração econômica Sul americana deve vencer barreiras e assimetrias internas entre seus pares independente da ação de Washington. A integração física apenas aprimora um dado da circunstância geográfica. Há muito a ser feito em termos de pontes políticas.

Referências

BALAKRISHNAN. G. (Org). **Um mapa da questão Nacional**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BECKER, B. Amazônia: **Geopolítica na virada do III Milênio**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Garomond, 2006

BECKER. B. K. e E. Cláudio. **Brasil: uma nova potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BENKO. G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. 2. ed. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARDOSO. F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**. n. 15 v. 4 São Paulo: Nobel, out-dez.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. a era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

Dijck Van, Pitou. **Infrastructure for Deeper Integration in South America: IIRSA**. Centre for Latin American Research and documentation. Meeting of The Latin America Studies Association. 2005

GORENDER, J. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GUIDDENS, A. **O Estado-Nação e a Violência**. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2001.

GUIMARÃES. S.P. **Quinhentos anos de Periferia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. “Do fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

Hirst, M. **The United States and Brazil: a long road of unmet expectations**. New York: routledge, 2005.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MAGNOLI, D. **O corpo da Pátria: imaginação Geográfica e política externa no Brasil(1808-1912)**. São Paulo: UNESP, 1997.

PLANO FHC (1994) in: **Revista de Economia Política**, ano 2, n. 54, v. 42, abril-jun, p. 114-149, 2004.

RICUPERO, R. **A Alca**. São Paulo: Publifolha. 2003. (Folha Explica).

SANTOS. M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS. M. **Por uma Geografia Nova**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

STIGLITZ. J. E. **A globalização e os seus malefícios**. São Paulo: Futura

VLACH, Vânia. Estudo Preliminar acerca dos Geopolíticos Militares Brasileiros in **Terra Brasilis** ano III-IV, N 4-5, 2002-2003, pg 137-159.

Observação ao Marcelo Venâncio: Ponha o acesso aos sites em dezembro, qualquer dos primeiros 15 dias.

http://www.greenpeace.org.br/amazonia/comendoamz_sumexec.pdf Acesso em: 02/01/2007

<http://br.news.yahoo.com/050908/5/xadg.html> Acesso em: 02/01/2007